Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO X - Nº 117
Cuiabá - Setembro de 2017

o compromisso

Acesse: *www.sindsepmt.org.br*

SINDSEP-MT
FILIADO À CUT BRASIL CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
CONDSEF

GACEN

Associada ganha incorporação na aposentadoria

Página 2

ARTIGO

Eleições 2018: a janela para a sociedade

Página 4

PDV

Jamir: "Hoje eu jamais entraria nesse plano

Página 3

BASTA!

A sociedade mato-grossense merece respeito e precisa de explicações por parte das autoridades competentes com a delação do ex-governador Silval Barbosa homologada pelo Supremo Tribunal Federal e considerada pelo ministro Luiz Fux como "monstruosa". Propinas e mensalinhos pagas durante sua gestão, Barbosa não poupou ninguém para ter sua pena reduzida. Copiou os criminosos Joesley Batista e seu irmão Wesley, donos da JBS. Os X9 estão livres, leves e soltos. Imunidade completa com seus milhões de dólares e longe do país.

Chegamos à conclusão de que o crime no Brasil, desde que envolva políticos, empresários e milhões ou até bilhões, compensa. O mesmo não vale se você roubar a galinha do vizinho ou um biscoito no supermercado para saciar a fome da família.

Mas voltemos ao nosso pequeno, mas imundo reduto da impunidade.

A passividade, a letargia da comunidade incomoda, assusta. Parece que estamos hipnotizados. Muito se ouvia falar mas não haviam provas. Agora as têm. E muitas ainda estão sob sigilo, quer dizer, mais "bombas" vão pipocar. Mas já são o suficiente para não ficarmos apenas indignados e sim ir para as ruas protestar, bater à porta da Assembleia Legislativa exigir a cassação e prisão dos deputados denunciados. Bater às portas do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Palácio Paiaguás, do Ministério Público. É necessário punição exemplar para todos. Sem exceção.

Lembra de 2009 quando Cuiabá foi anunciada como uma das sedes da Copa do Mundo? Foi uma festança só na Praça do Choppão com figuras proeminentes da política estadual, as mesmas que hoje se encontram denunciadas. E a criação da Secopa para gerenciar as "maravilhosas" obras como a Arena Pantanal, viadutos, trincheiras, centros de treinamentos e o famoso VLT, lembram?

Enquanto o povão servia de massa de manobra, a bandidagem se articulava, já vislumbravam o quanto de propina iria rolar. E rolou. Milhões e mais milhões que deu até tremedeira... Bolsos, caixa, mala, mochila, tudo gravado em alta definição... faltou a cueca.

Precisamos exigir nossos direitos constitucionais. Chega de ficarmos dormindo em berços esplêndidos. Ou roubalheira foi institucionalizada? Cadê o pessoal da direita, do MBL, dos paneleiros, dos camisas amarelas? Não eram contra a corrupção? Bando de canalhas...

Agora dizem que vem a delação do ex-todo poderoso José Riva. Haja Rivotril.

E vamos continuar paralisados, vendo a banda passar?

Comunicado sobre os Anistiados

A Constituição da República prevê atualmente três hipóteses de aposentadoria especial ao servidor público, nas quais os requisitos para a concessão do benefício previdenciário diferem dos requisitos gerais para a aposentadoria voluntária.

Tais hipóteses estão elencadas no § 4º do artigo 40 da Constituição e se referem a servidores (a) portadores de alguma deficiência; (b) que exerçam atividades de risco; ou (c) aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, ou seja, atividades penosas ou insalubres, que submetem o trabalhador a agentes químicos ou físicos nocivos.

Em conformidade com o art. 23 da Orientação Normativa nº. 16, de 23 de Dezembro de 2013 os servidores beneficiados pela aposentadoria especial tem direito ao recebimento do Abono de Permanência, vejamos:

Art. 23. Os servidores beneficiados pela aposentadoria especial, com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991, nos estritos termos desta Orientação Normativa, poderão fazer jus ao abono de permanência. (Redação dada pela Orientação Normativa nº 5, de 2014).

Dessa forma, já esta disponível na entidade um modelo de requerimento para que seja preenchido pelos servidores nessa situação para requererem seu benefício de abono de permanência.

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso se encontra sob a responsabilidade dos advogados JOÃO BATISTA DOS ANJOS, ADILIO HENRIQUE DA COSTA E ADRIANE SANTOS DOS ANJOS.
TELEFONES PARA CONTATO: 65- 3682.4176 - 8137.7179 - 9947.5368 - 3023.7000, e está à disposição para demais esclarecimentos.

VITÓRIA!

Com participação do Sindsep associada ganha causa no MS

Ana Lúcia levou um susto quando viu o primeiro contracheque da sua aposentadoria onde não estava incorporada a Gacen. Atuação do sindicato foi cirúrgica. Ela agradece.

Art. 3º - Constituem princípios do Sindicatos dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso -SINDSEP-MT:

I.Lutar pelos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora tendo como perpectiva chegar a uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia, política social e econômica, sendo que, o seu princípio é fundamental é defesa em defesa dos direitos e interesse gerais ou particulares dos trabalhadores e servidores públicos federais, bem como, do povo explorado;

Este artigo do Estatuto do Sindsep-MT deixa bem claro as prerrogativas e os princípios da nossa entidade. A luta sindical em defesa de seus filiados é clara e não fugimos nunca de uma boa briga. Também é para ilustrar a matéria de um caso atípico que envolveu uma de nossas associadas e que o departamento jurídico, em conjunto com a direção do sindicato, atuaram de forma brilhante e conseguiram reverter uma situação que já perdurava algum tempo.

A história começa em 2015 quando a servidora Ana Lúcia Maria Ribeiro pediu sua justa aposentadoria após anos trabalhando como laboratorista. Primeiro no antigo Inamps onde foi cedida para a Funasa e mais tarde para o Hospital Universitário Júlio Müller onde foi "devolvida" para o Ministério da Saúde. Nessas idas e vindas, Ana Lúcia tirou dois meses de licença-prêmio, seguida de férias a que tinha direito. Como já tinha tempo de serviço para aposentar, ela entrou com requerimento e foi atendida. Mas em parte.

Como servidora do Ministério da Saúde de Mato Grosso, era a única que recebia a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Gacen) e para sua surpresa, quando começou a receber a aposentadoria, no contracheque não veio incorporado a gratificação a que tinha direito. Foi aí que o jurídico do Sindsep entrou com processo administrativo no MS de Mato Grosso onde foi negado o recurso, tendo que entrar na Justiça Federal, que alegou também que faltavam provas.

Indignado com essas negativas, o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida foi à Brasília e fez uma consulta no Ministério da Saúde, onde foi reconhecido os direitos da gratificação na aposentadoria conforme o despacho datado em 10 de agosto de 2017 onde diz:

Neste respeito, convém analisar o que estabelece o § 2º do art. 55 da Lei nº 11.784/2008:

"*Art. 55. A Gecen e a Gacen serão devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os arts 53 e 54 desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas.*

(...)

§ 2º A Gacen será devida também nos afastamentos considerados de efetivo exercício, quando percebida por período igual ou superior a 12 (doze) meses.

Segundo o despacho do MS, a redação acima transcrita diz que o único requisito para a incorporação da Gacen é a sua percepção por período mínimo de doze meses consecutivos, sendo que a legislação não inclui ressalva quanto ao momento da percepção da gratificação, se anterior ou não à concessão do afastamento e qua a sevidora atendeu ao requisito temporal e como consequência mantinha o direito ao benefício durante a licença-prêmio.

Sobre a atuação do Sindsep-MT no seu caso, Ana Lúcia considerou excelente e comentou que só associou à entidade nesta época por influência do presidente Carlos Alberto que a incentivou a entrar nessa luta. "Já estava associada a outro sindicato onde tenho um processo há 20 anos e achei muito válido entrar para o Sindsep, que tem uma assessoria jurídica muito boa e estou contente em ter conseguido a incorporação do Gacen na minha aposentadoria pois já estava perdendo a esperança. A gente precisa de quem olhe por nós pois o servidor público é muito desprotegido," finaliza.

Foto: Mário Hashimoto

Ana Lúcia respira aliviada e agradece a atuação do Sindsep: "Foi decisivo!"

Sindsep realiza várias reuniões com filiados

Fotos: Kamila Schleich

O Sindsep-MT realizou no mês de agosto várias reuniões com servidores filiados à entidade, em diversas cidades do Estado. Além de Cuiabá, fizeram parte do roteiro Santo Antônio do Leverger, Sinop, Colíder, Terra Nova, Matupá, Peixoto de Azevedo, Guarantã e Cáceres. Foram repassados informes gerais e discussão sobre a Orientação Normativa nº 16 do Ministério do Planejamento que estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoa Civil da Administração Federal (Sipec) quanto aos procedimentos administrativos necessários à instrução e à análise dos processos que visam ao reconhecimento do direitos à aposentadoria especial.

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: sindsepmt@gmail.com
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2016/2019

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice Presidente: Elias Belisário de Araújo; 1º Sec. Geral: Damásio de Souza Pereira; 2º Sec. Geral: Hobson Aparecido Correa; 1º Sec. de Finança: Gildásio Ferreira Gomes; 2º Sec. de Finança: Sebastião de Jesus; 1º Sec. de Administração: Enildo Gomes; 2º Sec. de Administração: Nelson Fortunato Ojeda; 1º Sec. de Ass. Jurídico: João Bosco de Moraes; 2º Sec. de Ass. Jurídico: Idivaldo B. De Oliveira; 1º Sec. de Formação e Política Sindical: Maurício Alves Rattacaso Júnior; 2º Sec. de Formação e Política Sindical: Lurdes Fernandes Rosa; 1º Sec.do Interior: Benedito Assis da Silva; 2º Sec. do Interior: Albir Alves de Brito; 1º Sec. de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; 2º Sec. de Imprensa e Comunicação: Celso Alfredo Simon; 1º Sec. Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; 2º Sec. Aposentados e Pensionistas: Zelairdes Rodrigues Leite; 1º Sec. Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; 2º Sec. Saúde do Trabalhador: Deusdete Cabral; 1º Sec. Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; 2º Sec. Anistiados e Demitidos: Selmo Jacinto de Oliveira; 1º Sec. de Cultura: José Olímpio da Silva Neto; 2º Sec. de Cultura: Manoel Martins; **Suplentes de Direção:** Jardes Tomé dos Santos Pacheco; João Martins de Souza; Sérgio Balbino Ferreira; Evangelista Pereira Barros; João Galdino de Souza; Zita Antonia Gomes Silveira; **Conselho Fiscal:** Titular João Sebastião Alves Pereira; Conselho Fiscal: Titular Benedita Vandinéia de Oliveira; Conselho Fiscal: Titular Edmilson Lourenço Máximo; Conselho Fiscal: Suplente Geovano Santos Moreira; Conselho Fiscal: Suplente Ademar Viana dos Santos; Conselho Fiscal: Suplente Clarisse Maria Sala

GOLPE DO PDV

Jamir: "Hoje eu jamais entraria nesse plano"

Quem aderiu ao PDV de Fernando Henrique está arrependido com as falácias do governo

Esperando a adesão de 5 mil trabalhadores, o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) lançou o Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os servidores públicos federais, oferecendo uma indenização de um salário e quarto do valor (125%) por ano trabalhado e outras facilidades. O mesmo mecanismo foi aplicado em 1996 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e os que aceitaram o plano se arrependem até hoje.

Além disso, a Medida Provisória propõe ainda redução de jornada de 8 horas para 6 ou 4 horas diárias ou ao invés de 40 horas semanais, 30 ou 20 horas, com pagamento proporcional ao salário e licença sem remuneração de três anos (prorrogáveis por igual período), recebendo valor correspondente a três vezes seu salário.

Para muitos, o PDV de 96 foi a venda de uma ilusão. Prometeram programas de reinserção no mercado e de capacitação além de uma linha de crédito especial para os ex-servidores mas não foi cumprido. Caindo na armadilha, milhares foram à Justiça pedir reintegração e outros para o mercado informal.

Nesse novo PDV, o servidor federal que iniciou a carreira antes de 2013 e aderir ao plano, perderá o direito a se aposentar pela integralidade. Isso porque o benefício integral é garantido ao funcionalismo apenas até esta data. Mas se o servidor se desligar pelo programa, ele terá de se aposentar pelo INSS e o cálculo de sua aposentadoria será pela proporcionalidade.

Triste experiência - Um dos servidores que cairam no conto do PDV foi Jamir Dionísio da Costa, 55 anos, que na época era microscopista da Sucam, hoje Funasa. Ele aderiu ao programa em 27 de setembro de 1999 com a promessa de que iria conseguir benefícios para abrir uma empresa com empréstimo de R$ 40 mil e carência de 4 anos. Foi mais um golpe do governo neoliberal de FHC que ficou 8 anos sem dar aumento salarial para a classe. "Quando fui procurar o Banco do Brasil para realizar o negócio, bateram a porta na minha cara, dizendo que eu tinha que começar o empreendimento com minhas próprias pernas e que não tinha empréstimo nenhum liberado para os pedevistas."

Foto: Arquivo pessoal

Jamir mantém esperança em ser reintegrado ao serviço público

No serviço público há 14 anos, hoje Jamir trabalha com vendas de refrigerador na cidade de Sinop e espera a definição favorável do Projeto de Lei 4293/08 que tramita na Câmara dos Deputados desde 2008 que conforme proposta, quem foi induzido a aderir ao PDV deverão retornar ao cargo idêntico ao anteriormente ocupado ou ao resultante da transformação.

Como quem já passou pela triste experiência, Jamir não aconselha a nenhum servidor a aderir ao mais novo programa de demissão voluntária, agora pelo governo de Michel Temer. "Tem que aguentar ao canto da sereia, principalmente os concursados, os do regime único, eles são patrimônio permanente e o governo é simplesmente passageiro, não são funcionários de carreira. Hoje eu jamais entraria nesse programa, desabafa.

Sobre em ser reincorporado ao serviço público, Jamir disse estar esperançoso mas dá um pitaco. Nós precisamos arrancar esse pessoal do poder. Na sua opinião, todo político eleito tem que ser funcionário de carreira indicado por associações e sindicatos. "Esse pessoal (políticos) são todos fazendeiros, latifundiários, não merecem o cargo. Deveriam fazer concurso para ser funcionário público para depois poder gerenciar o país."

Já em Cuiabá, na sede da CUT-MT, o Secretário de Formação e Política Sindical, Maurício Alves Rattacaso Júnior, fez explanação aos diretores do Sindsep-MT sobre o disparate do PDV que Temer está querendo implantar no funcionalismo público federal e que foi reprovado por aqueles que aderiram ao plano no governo FHC.

Foto: Mario Hashimoto

Maurício Rattacaso Junior explicou o que quer o governo com o PDV

FRASE

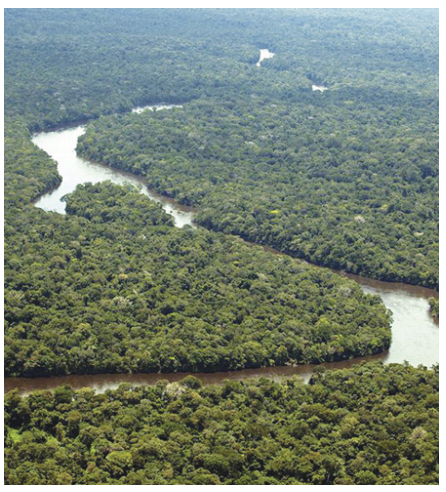
"O governo diz que faz reformas para gerar emprego, mas incentiva o desemprego com o discurso de reduzir o gasto público."

Valter Cezar Dias Figueiredo, diretor da Condsef sobre o novo PDV

UNIVERSO SINDICAL

Justiça Federal suspende extinção da Reserva Nacional

A Justiça Federal acolheu parcialmente liminar em ação popular para suspender imediatamente "todo e qualquer ato administrativo tendente a extinguir a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), sem a prévia observância da garantia constitucional".



A ação foi proposta por Antônio Carlos Fernandes contra o presidente da República e a União, questionando ato administrativo que extinguiu a Renca, localizada na divisa entre o Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará, criada pelo Decreto 89.404, de 24/2/1984, e cuja área total seria superior à do Estado do Espírito Santo.

Temer havia decretado o fim da Renca para permitir que mineradoras explorassem desenfreadamente uma área florestal preservada, cuja área supera a do estado do Espírito Santo. Tratava-se de uma verdadeira entrega de uma imensa área de recursos naturais que resultaria em um enorme desastre ambiental, mais um promovido por mineradoras, como foi o caso da Samarco em MG. Uma medida para atender a cede de lucro dos capitalistas de forma impositiva e devastadora. (com Esquerda Diário)

Inígenas irão buscar estratégias na educação escolar

Cerca de 400 indígenas de 100 povos são esperados em Brasília (DF) para participarem III Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI). A atividade acontece na Universidade de Brasília entre os dias 15 a 19 de outubro. A terceira edição do Fórum terá como tema: direitos humanos e educação indígena. Entre os assuntos que serão abordados no III FNEEI estão: direitos humanos e educação, Ensino Médio Indígena e Educação Infantil. O Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena é uma atividade permanente de educadores indígenas e indigenistas. Os debates buscam refletir sobre o processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação para os povos indígenas. Assim, acompanha-se, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos legislativos referentes à política nacional de educação para os povos indígenas e se avalia as implementações dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação. (com CIMI)

Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo

Apenas na última semana, foram registrados pelo menos cinco casos de mulheres assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros só em São Paulo. Dado alarmante que reflete a realidade do Brasil, país com a quinta maior taxa de feminicídio do mundo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. O Mapa da Violência de 2015 aponta que, entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram por sua condição de ser mulher. As mulheres negras são ainda mais violentadas. Apenas entre 2003 e 2013, houve aumento de 54% no registro de mortes, passando de 1.864 para 2.875 nesse período. Muitas vezes, são os próprios familiares (50,3%) ou parceiros/ex-parceiros (33,2%) os que cometem os assassinatos.

Com a Lei 13.140, aprovada em 2015, o feminicídio passou a constar no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio. A regra também incluiu os assassinatos motivados pela condição de gênero da vítima no rol dos crimes hediondos, o que aumenta a pena de um terço (1/3) até a metade da imputada ao autor do crime. Para definir a motivação, considera-se que o crime deve envolver violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (com Agência Brasil)

Eleições 2018: a janela para a sociedade

Mesmo com o desgaste da política e a ausência de partidos com identidade ideológica clara, a sensibilidade de setores organizados da sociedade pode sim romper preconceitos. Ainda é possível abrir canais de diálogo com o eleitorado, demonstrando que o caminho da política é o mais sensato para solucionar, de forma pacífica, os problemas sociais.

André Santos*

As eleições gerais em 2018 trarão vários desafios à sociedade civil. Excetuando a hipótese de uma candidatura de Lula e Ciro Gomes, as expectativas de eleger um presidente que dialogue com os movimentos sociais são remotas e, caso se confirmem as tendências, uma agenda ainda mais conservadora e fiscalista estará no centro dos debates políticos-eleitorais. Outros países que recentemente realizaram seus pleitos seguem nessa linha.

No Brasil, a política tem sido colocada, equivocadamente, em xeque. A sociedade tem optado pelo radicalismo nas suas ações ao invés de debates em busca de consensos que abarquem a média da sociedade. A política é percebida, por amplos setores da sociedade, como algo errado na cabeça da população mais carente e também de setores médios, o que poderá dar espaço a aventureiros e mal-intencionados em busca do poder pelo poder.

É um momento que nos remete às eleições gerais de 2010. O então presidente Lula esbanjava 80% de aprovação popular, o que viabilizou a vitória de sua sucessora, Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente do Brasil.

Setores ligados ao empresariado nacional e internacional, rural e urbano, inseguros quanto ao modus operandi da então nova chefe do Poder Executivo (era pós-Lula), mudaram de alvo com vistas a interferir na condução de políticas públicas e ter protagonismo na mediação dos conflitos com o governo.

Escolheram o Poder Legislativo. O desafio foi eleger representantes para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, identificados com a agenda do mercado. Dessa forma, poderiam usar o Congresso como escudo e atuando na linha de frente contra os pretensos exageros do Executivo. A resistência, então, seria realizada no Congresso.

Um exemplo dessa atuação ficou evidente na sanção da Lei 12.651/12, que trata do Código Florestal. Durante a tramitação no Poder Legislativo, houve uma intervenção direta dos representantes do setor empresarial rural no Congresso Nacional. O trabalho coordenado desse segmento redundou na aprovação da matéria na Câmara e no Senado. Mesmo com os vetos presidenciais, os interesses do setor foram parcialmente atendidos.

Para reforçar a bancada empresarial no Legislativo, entre outras ações, os empresários buscaram financiar as campanhas de vários candidatos identificados com suas pautas. O objetivo foi o de consolidar uma bancada com representantes tanto na base do governo, quanto na oposição, de forma a exercer influência no pulverizado espectro político partidário congressual.

Ainda para contribuir com essa atuação, uma mudança na legislação em 2009, a Lei 12.034, permitiu a doação de até 2% do faturamento bruto das cooperativas para as campanhas eleitorais. Isso significou um aporte vantajoso, em especial para as campanhas dos empresários rurais, em que o sistema de cooperativas é mais representativo.

O atual cenário exige que as organizações da sociedade civil, principalmente o movimento sindical, reflitam sobre o cenário eleitoral de 2018.

Haverá poucas candidaturas à Presidência da República mais alinhada às pautas dos movimentos sociais. É importante voltar os olhos para a renovação das bancadas no Poder Legislativo, apoiando representantes que possam barrar as incursões conservadoras que dia após dia conquistam novos adeptos na sociedade.

O setor empresarial, tão beneficiado no passado com o financiamento privado, agora terá de enfrentar o debate político. Isso porque a legislação atual proíbe a doação de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais, o que certamente abrirá espaço para o debate em torno de programas, plataformas e projetos voltados para o atendimento de demandas primárias da sociedade.

Mesmo com o desgaste da política e a ausência de partidos com identidade ideológica clara, a sensibilidade de setores organizados da sociedade pode sim romper preconceitos. Ainda é possível abrir canais de diálogo com o eleitorado, demonstrando que o caminho da política é o mais sensato para solucionar, de forma pacífica, os problemas sociais.

O quanto antes for iniciado um processo de reorganização da sociedade em torno da política, mais chances teremos na construção de um País melhor para as gerações futuras. Um novo organograma político, oxigenado por mentes e pensamentos imbuídos de sentimento pátrio, pode ser a chave para a retomada do desenvolvimento do Brasil.

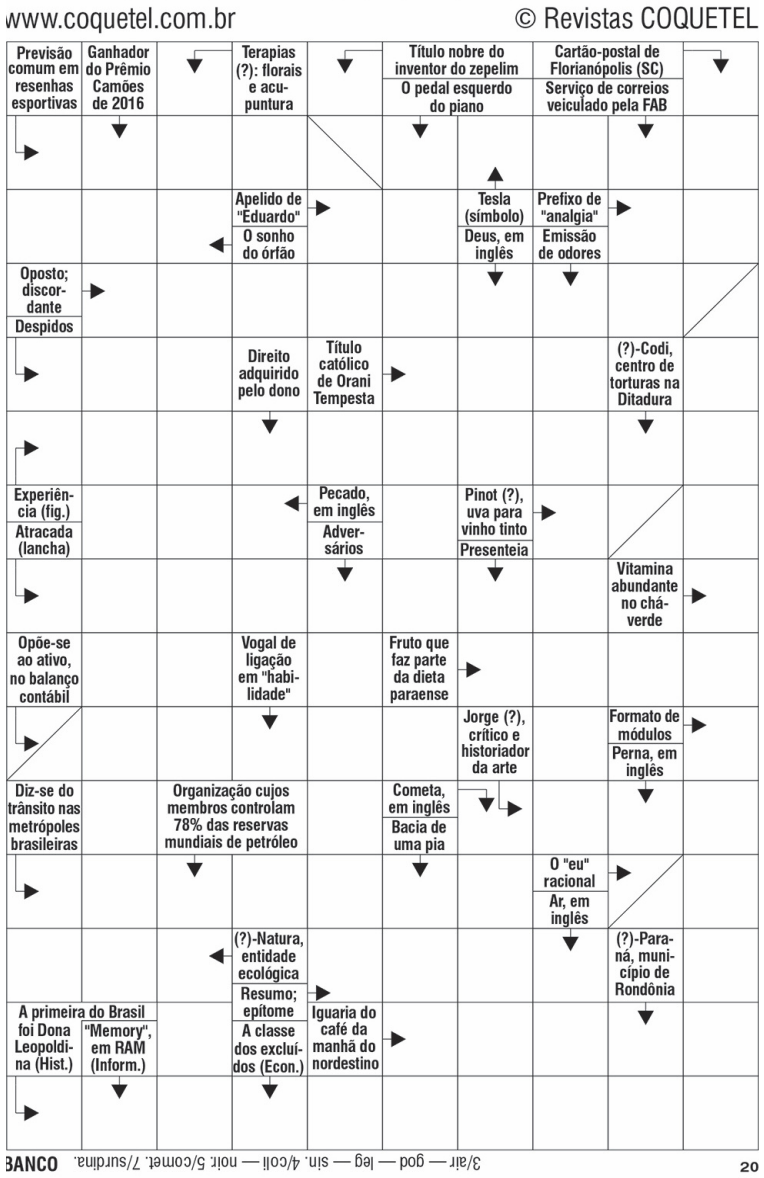
(*) Especialista em política e representação parlamentar é analista político do Diap

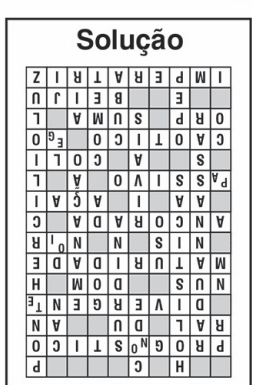
Aniversariantes de Setembro

NOME	DIA
ABEL JESUS DE ARRUDA	02
ALAIDE BATISTA REGO	12
ALBERTINA DA SILVA RAMOS	18
ALCEBIADES DA COSTA	03
ALEXANDRE GOMES DE MATOS	09
ALFREDO NILO DA SILVA	25
ALINOR PAES DE BARROS	19
ANTONIO CARLOS BORGES PACHECO	24
ANTONIO FERRERIA DE SOUZA	17
ANTONIO FRANCISCO FERREIRA	28
ATILIA APARECIDA DE OLIVEIRA RAMOS	21
BENEDITO MODESTO FELISBINO	07
BENILCE CARVALHO FERREIRA	15
BOAVENTURA TSEREWAMARIWE TSEREWAWA	25
CARMEM LUCIA ALVES	15
CELESTINO ALVES DE ARRUDA	06
CELMIS LENIZE MONTEIRO	07
CICERO JOSE DE SOUZA	13
DENIVALDO ROBERTO DA ROCHA	15
DEUSDETE CABRAL	12
DIDINO BATISTA RAMOS	15
DOMERCIO DOMINGOS MAGALAHES	13
DOMINGAS MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	13
EDGAR SANTOS BRANDAO	05
EDI PARADA MARTINS	03
EDMEIA PEREIRA DA SILVA	20
EDUARDO GALICIANI	07
EDVAL NUNES DA SILVA	27
ELBE JOSE DIAS	26
ELPIDIO CAMPOS DA SILVA	12
ERASMO EGIDIO DOS ANJOS	01
EVA DA SILVA DE SOUZA	30
FABIANO ABUTUWE MADU	09
FERNANDO ANTONIO MARTINEZ BONIN	22
FRANCISCO RIBEIRO DUARTE	17
GERALDO MOREIRA	04
IVAN QUEIROZ FERREIRA	08
JANUARIO DIAS DE MOURA	20
JOAO DE CASTRO ARAUJO FILHO	19
JOAO MACEDO	26
JOAO PEDRO DOS SANTOS	19
JOSE ANGELO FRANCO	05
JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	03
JOSE ESTACIO PAIM	19
JOSE PEREIRA DA SILVA	15
JOÃO BOSCO DE ALMEIDA SOUZA	02
JOÃO GALDINO DE MEDEIROS	05
JUCILENE CATARINA DE GODOY	04
JURANDIR DE SOUSA BARROS	08
JUSCELINO MELO	23
JUSSARA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	10
KARINA DIAS SIMOES	05
LEONIDAS MOREIRA DOS SANTOS	10
LINO MATEUS OJEDA	21
LISES LEITE SANTOS	05
LUCYLENE R. ANTUNES DIAS	29
LUIZ HERNANDE SANABRIA KERSCH	26
MANOEL BENEDITO FERRAZ	11
MANOEL DA GUIA PINHO	25
MANOEL FRANCISCO BARBOSA	22
MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA	19
MARIA CONCEICAO FONTOURA	28
MARIA DA GLORIA FERREIRA	24
MARIA DE SOUSA OLIVEIRA	03
MARIA DO CARMO F. DA SILVA POMPEU	26
MARIA LINA RODRIGUES	24
MARIANO SIMIAO DE SOUZA	05
MARISTELA SUNDFELD DE OLIVEIRA	17
MAX ANTUNES DA SILVA	08
MEDSON MOREIRA DA SILVA	06
MEGARON TXUCARRAMAE	09
MIGUEL BATISTA SILVA	08
MIGUEL RODRIGUES MOREIRA	29
MONTAGAS JONAS CORREA	10
NEISON LEVINO DA SILVA	23
NEWTON AURELIO DE CAMPOS FILHO	26
NILO SOARES DE AMORIM	21
NILTA MARTINS DOS SANTOS	18
OLAVO DE SOUZA JORGE	05
OSCAR DOS SANTOS COQUEIRO	23
OSMAR FERNANDES	08
OSVALDO FRANCISCO DO CARMO	17
OTAVIANO TSERENOWADAWE XAVANTE	06
PEDRO SERGIO PIMENTEL	09
RAMOS DEOGARIS MELO	08
REGINA MARIA SCHNEIDER	29
RINALDO BERTOLDO DE ARRUDA	24
ROBERTO CARLOS SILVA DE MESQUITA	17
ROSANA APARECIDA DE SIQUEIRA	05
RUBENS VIGO	02
SEBASTIAO DE LACERDA CINTRA	29
SEBASTIAO SANTIAGO	14
SEBASTIÃO PEREIRA CAJANGO	09
SONIA MARIA MARTINS CAMPOS	13
SONIRLEY FERREIRA DE MIRANDA	21
VALDINEI DA SILVA PASSOS	29
VANDA DOMINGOS LEITE BARBOSA	26
VANDERLEY MANOEL OLIVEIRA	07
VERA LUCIA FERREIRA DA SILVA	08

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 3/air — god — leg — sin. 4/coil — noir. 5/comet. 7/surdina. 20

Solução